

Linhos de curto prazo, a razão da viagem de Gros a Nova York

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O Brasil procura preparar o terreno para atravessar a virada do mês de março sem traumas. No dia 31 deste mês, assim que vencer o acordo negociado com os credores externos em torno da renovação das linhas de curto prazo (crédito de comercialização e depósitos interbancários), os bancos estrangeiros passam a ter garantido o direito de reivindicar na justiça o recebimento do principal que vem alimentando as operações de importação e de exportação e, ainda, a liquidez das agências brasileiras no exterior, desde 1983.

A busca de um entendimento com os bancos credores em torno das linhas de curto prazo será um dos principais pontos da conversa que o presidente do Banco Central (BC), Francisco Gros, terá, em Nova York, nesta quarta-feira.

Assim que tiver terminado a missão de contatos no Japão, ao lado do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, Gros vai avistar-se com o presidente do Comitê Assessor da Dívida Externa Brasileira, William Rhoddes, e com os coordenadores dos projetos "A" e "B", que envolvem dinheiro novo e rolagem das amortizações, e dos projetos "C" e "D", ligados justamente às linhas de curto prazo.

O diretor da Dívida Externa do BC, Antônio de Pádua Seixas, disse, ontem, que havia duas alternativas.

Um dos caminhos seria obter, através de acordo formal com os cerca de 180 bancos signatários do contrato que vence no próximo dia 31, a prorrogação do acordo até 30 de junho. Essa seria uma saída mais segura para o Brasil, com a vantagem de que a própria possibilidade de extensão dos compromissos nas linhas de curto prazo está

prevista, mas existe uma condição: 95%, no mínimo, do valor (cerca de US\$ 15 bilhões, no total) teria de receber dos bancos estrangeiros o compromisso de renovação automática dos créditos.

A outra alternativa seria um entendimento informal. Nesse caso, o governo brasileiro estenderia para o segundo trimestre do ano as medidas internas de controle das linhas de curto prazo e, em contrapartida, tentaria conseguir dos bancos a manutenção dos créditos, através de um trabalho de persuasão. Seixas lembra que isso já foi feito no passado: "Em 1985, não havia acordo formal, mas, com o apoio do Comitê, as linhas de curto prazo foram mantidas em nível adequado".

Com o controle cambial instituído pelo BC, o governo tem conseguido manter as linhas que estão amarradas por acordo. Mas a ação do BC não se estende às linhas voluntárias do curto prazo — seja de bancos não signatários dos projetos "C" e "D" seja de bancos que são signatários mas que estão aplicados além do valor comprometido

para renovação automática — e, neste nível, tem havido quitação de compromissos, conforme admitiu o próprio diretor da Área Externa do BC, Carlos Eduardo de Freitas.

Essas linhas voluntárias giram em torno de US\$ 1 bilhão. O governo já começou a desenvolver as negociações bilaterais com os governos credores em janeiro deste ano. No âmbito do Clube de Paris, a primeira rodada com o Canadá já foi aberta, e os entendimentos com a Itália devem começar ainda neste mês.

Um comunicado oficial da Hermes — a companhia seguradora de créditos para exportação da República Federal da Alemanha — foi recebido antes da viagem do ministro Funaro anunciando a abertura de crédito para o Brasil. Existem, ainda, intenções da parte da Coface — a agência francesa — e do governo italiano. De concreto mesmo só entraram no País neste ano os US\$ 50 milhões de crédito do Fundo Nôrdico — uma espécie de banco de desenvolvimento sustentado pelos governos dos países nôrdicos — para projetos na área de energia elétrica.